

**ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO:
AUTOR E CENSOR NAS TRAMAS DO TEXTO TEATRAL**

Hugo Leonardo Pires Correia (UFBA)

hugopcorreia@hotmail.com

Rosa Borges dos Santos (UFBA)

borgesrosa66@gmail.com

1. Introdução

O Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, é marcado historicamente pelo Regime Militar. Nesse período, o Estado, através da repressão, censurava os textos que teciam críticas ao Estado e às instituições e que destoavam do discurso conservador que estava posto. O teatro era um dos alvos dessa repressão, as peças antes de serem encenadas tinham os seus roteiros enviados para a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) do Departamento de Polícia Federal (DPF), onde o censor, lastreado pela legislação vigente, fazia a censura ao texto, através de pareceres que indicavam cortes ou a proibição de certas cenas ou palavras ou do texto completo.

Dentre as obras encenadas nessa época, cabe destacar a peça *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Siqueira, dramaturgo mineiro que, atualmente, reside no Rio de Janeiro, mas que teve uma atuação intensa na Bahia nos anos em que o Brasil viveu sob a Ditadura Militar. O texto faz uma crítica, através de uma linguagem satírica, à Ditadura, à sociedade, aos políticos e aos partidos políticos da Bahia e do Brasil, no momento de abertura política. Essa peça sofreu diversas intervenções de diferentes atores sociais em momentos distintos: autor, censores.

O estado utilizou o controle das publicações como forma de dominação e com a finalidade de conquistar a adesão da sociedade, na medida em que censurava os textos contestatórios, que, na maioria das vezes, faziam críticas ao Estado e às instituições vinculadas a ele. O Golpe ocorreu em um período de grande agitação cultural. A arte brasileira vivia um período de efervescência, marcado pela criatividade, ousadia e, além disso, existia uma crença na transformação popular, de revolucionar não apenas a arte como também a sociedade (WANDERLEY, 2005). Em resposta a essa configuração cultural o estado reagiu com forte repressão e censura.

Aqueles que são silenciados pela censura, sobretudo no que diz respeito à classe teatral, também utilizam os textos teatrais como forma de apresentar os descontentamento e exibir os protestos. Nesse sentido, “a hegemonia de um discurso de esquerda tornava a arte engajada, volta-da para a tarefa de conscientizar o povo brasileiro, oprimido e espoliado, conduzindo-o à revolução” (WANDERLEY, 2005, p. 59).

2. O autor e a peça

Bemvindo Sequeira teve uma atuação intensa na Bahia no período em que o Brasil viveu sob o regime ditatorial. Sequeira veio morar na Bahia na década de 70, tendo residido no Estado por cerca de quatorze anos. Nesse período, trabalhou por dez anos no Teatro Vila Velha, em parceria com o dramaturgo João Augusto Azevedo, tendo atuado e produzido também diversas peças no grupo Teatro Livre da Bahia e criado o Teatro de Rua no Brasil. Nesse período, Bemvindo Sequeira também participou de variados movimentos sociais, inclusive integrou o grupo que criou o Trabalho Conjunto de Salvador, uma organização de massas que lutava pela redemocratização do país.

Após o Golpe Militar de 1964, os governadores eram eleitos de forma indireta pelas assembleias legislativas estaduais, essa situação só começou a mudar depois de quase 15 anos, quando foram restauradas as eleições diretas para governador no Brasil (DREIFUSS, 1987). A peça foi produzida no ano de 1982, tendo passado pelo crivo da censura, num momento em que o regime ditatorial caminhava para seu fim e começava o processo de abertura política. O país passava por fortes transformações na estrutura política e partidária, com surgimento de partidos de oposição legalizados e uma forte mistura ideológica dentro desses partidos. A nação e os políticos reaprendiam a lidar com a democracia, as eleições e o voto. O texto de Bemvindo Sequeira reinventa esse ambiente político e traz à tona debates que não costumavam ocupar as páginas da crítica, nem dos grandes veículos de comunicação.

O texto apresenta uma sátira política que enfoca os principais problemas administrativos, políticos, artísticos e sociais enfrentados pelo Brasil em 1982. Faz uma crítica, à ditadura militar, à sociedade, aos políticos e aos partidos políticos da Bahia e do Brasil, no processo de abertura política. A peça foi encenada no ano da primeira eleição direta para governador após o golpe de 1964.

3. *Tradição textual de MSQVDV*

De tema bastante polêmico, *Me segura que eu vou dar um voto* (MSQVDV) possibilita a compreensão da sinuosidade do texto teatral, isto é, um texto que não está fechado, de acordo com o público que assistia à peça, o texto era constantemente retocado a fim de evitar embates diretos com políticos, muitas vezes espectadores da peça. A isso se deve, pois, o surgimento de versões diversas do texto a depender das coordenadas geográfico-culturais em que o espetáculo se realizava.

Tal situação é comprovada ao observar a tradição textual dessa peça, constituída de dois *scripts* que aparecem em cinco testemunhos⁵⁸. Esses testemunhos encontram-se no Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sendo que esse arquivo se constitui do material pesquisado no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia; no Arquivo Nacional, de Brasília e em diversos outros acervos públicos e privados. Os *scripts* são assim denominados: *SCRIPT-MSQVDV.01* e *SCRIPT-MSQVDV.02*

A tradição do *script* denominado de *SCRIPT-MSQVDV.01* é constituído de três testemunhos. O *script* traz o texto construído para ser encenado na Bahia. É possível chegar a essa conclusão através das referências feitas no texto a figuras de destaque da cena política e cultural local. É possível também fazer essa relação com as datas de submissão e autorização da peça emitida pela censura.

A cronologia dos testemunhos pôde ser estabelecida através das marcas físicas, deixadas nos textos, identificadas na materialidade dos testemunhos através das modificações autógrafas e das marcas de terceiros. Para o cotejo dos testemunhos, utilizou-se como texto-base o primeiro texto da cronologia, como forma de dar conta do percurso textual dessa tradição: *MSQVDV.01.T01*, *MSQVDV.01.T02*, *MSQVDV.01.T03*. Sendo o final *T01* para o mais remoto chegando até o *T03* para o mais próximo.

Denomina-se o primeiro testemunho, *T01*: datiloscrito, 27 folhas: f.1, capa; f.2-27, texto, com numeração, margem superior, à direita. Material fotografado do acervo do Núcleo do Acervo do Espaço Xisto. Falta a última folha... Marcas de grampos, à margem esquerda. Carimbo da

⁵⁸ Testemunho aqui entendido como o “documento escrito (manuscrito, datiloscrito, ou impresso) que contém o texto, tanto na sua lição original, como em qualquer das versões de dele exista [...]” (DUARTE, 1997 [verbete]).

Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT (ao centro), em formato circular com assinatura/rubrica, em tinta preta, em seu interior, às folhas 01 e 02. Os cortes são destacados, em tinta azul, às folhas 03, 04, 13,18,19, 20, 21, 26. Já às folhas 6, 7, 14, 15, 16, 17, 22, 23,24 é possível identificar cortes em tinta azul, envolvidos em um retângulo com a inscrição manuscrita *CORTE*. Na capa faz-se referência a “junho/julho-1982”.

O testemunho, identificado *T02*: datiloscrito, 27 folhas: f.1, capa; f.2-27, texto, com numeração, margem superior, à direita. Esta faltando a folha com numeração 6. Cópia reprográfica do material localizado no Arquivo Nacional, de Brasília. Marcas de grampos e perfuração, à margem esquerda. Carimbo da *Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT* (ao centro), em formato circular com assinatura/rubrica, em seu interior, às folhas 01,02 e 27. Carimbo da Superintendência Regional da Polícia Federal – Censura Federal, em todas as folhas. Os cortes são destacados, envolvidos em um retângulo com a inscrição manuscrita *CORTE*, às folhas 07,14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 26. Na capa faz-se referência a “junho/julho-1982”.

O testemunho, denominado *T03*: datiloscrito, 16 folhas: f.1-16, texto, com numeração, margem superior, à direita. Testemunho incompleto, esta faltando às folhas de numeração 17 a 27. Cópia reprográfica do material localizado no Arquivo Nacional, de Brasília. 545 linhas. Marcas de grampos e perfuração, à margem esquerda. Carimbo da *Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT* (ao centro), em formato circular com assinatura/rubrica, em tinta preta, em seu interior, às folhas 01. Carimbo da Superintendência Regional da Polícia Federal – Censura Federal, em todas as folhas. Os cortes são destacados, envolvidos em um retângulo com a inscrição manuscrita *CORTE*, às folhas 06, 07, 14, 15, 16.

A tradição do *script* denominado de *SCRIPT-MSQVDV.02* é constituído de dois testemunhos. O *script* traz o texto construído para ser encenado no Rio de Janeiro. Como a peça tinha como temática principal as eleições e os políticos, após a morte de Cleriston Andrade, que era candidato ao governo da Bahia pelo PDS, o texto, que até aquele momento havia sido encenada na Bahia, sofreu alterações para ser encenada em outro estado em razão da comoção local pela morte do político, fato que ficou registrado na matéria do jornal *O Globo* (30/09/1983) abaixo:

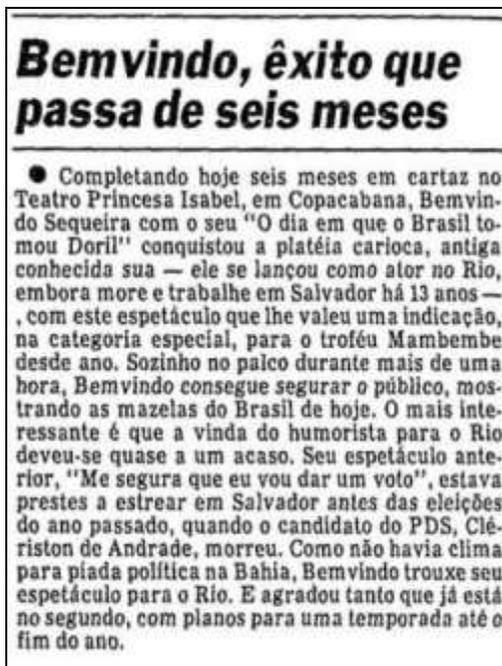


Figura 1: Bemvindo, êxito que passa de seis

Fonte: *O Globo*, 30/09/1983

A cronologia dos testemunhos, assim como na tradição do *script* anterior, pôde ser estabelecida através das marcas físicas, deixadas nos textos, identificadas na materialidade dos testemunhos através das modificações autógrafas e das marcas de terceiros. Para o cotejo dos testemunhos utilizou-se como texto-base o primeiro texto da cronologia, como forma de dar conta do percurso textual dessa tradição: MSQVDV.02.T01, MSQVDV.02.T02. Sendo o final *T01* para o mais remoto chegando até o *T02* para o mais próximo.

O testemunho *T04*: datiloscrito, 29 folhas: f.1-29, texto, com numeração, margem superior, à direita. Material fotografado do Núcleo do Acervo do Espaço Xisto Bahia. Marcas de grampos, na margem superior esquerda. Carimbo da Superintendência Regional da Polícia federal – Censura Federal, em todas as folhas. Os cortes são destacados, em tinta azul, envolvidos, às folhas 28.

O testemunho *T05*: datiloscrito, 25 folhas: f.1, capa; f.2-25, texto, com numeração, margem superior, à direita. Existem duas folhas com numeração 13, e há intervenção na numeração da página 14. O testemunho está incompleto, faltando as folhas do intervalo de numeração 15 a 19 e a última folha. Material fotografado do Núcleo do Acervo do Espaço Xisto Bahia. Marcas de grampos, na margem superior esquerda. Marcas de perfuração, à margem esquerda. Carimbo da Superintendência Regional da Polícia Federal – Censura Federal, às folhas 25, 26, 27 e 28. Os cortes são destacados, em tinta azul, envolvidos, às folhas 28. Na capa, faz-se referência a “julho de 1982”.

Os dois scripts foram submetidos à censura, o que é revelado pelas marcas da censura em suas respectivas materialidades. Após investigações iniciais, apenas os documentos censórios do *SCRIPT-MSQVDV.01* é que estão disponíveis para esta pesquisa no momento. O texto do *SCRIPT-MSQVDV.01* foi submetido a censura pela primeira vez em 13 de julho de 1982, encaminhado para o Serviço de Censura de Diversões Públicas, através de ofício, pela representante da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais/BA (SBAT/BA). Nesse ofício, a representante da SBAT, informa que a peça será encenada no dia 02 de agosto, no Teatro Gamboa, sob a responsabilidade de Bemvindo Sequeira.

Em 20 de julho de 1982, a peça obteve certificado de aprovação temporária, certificado nº 030/82. A peça foi autorizada a ser encenada entre os dias 20 de julho e 20 de outubro de 1982 com a classificação de 18 anos e com cortes às folhas 06, 07, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 26. Tendo o certificado condicionado a sua liberação, a realização do ensaio geral, assim definido por Fagundes (1974): “consiste em ser o respectivo ensaio geral submetido à comissão de censores dele encarregado”.

Em 23 de julho, o texto foi encaminhado pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP) da Superintendência Regional (SR) da Bahia do Departamento de Polícia Federal (DPF) para a Divisão de Censura e Diversões Públicas localizado em Brasília com os pareceres da peça. Em 04 de agosto de 1982, através de radiograma de nº 657/DCDP, foi solicitado a SCDP/SR/BA o Relatório do ensaio geral de MSQVDV.

Depois de complementada a documentação, o texto foi encaminhado para o parecer definitivo. Em 09 de setembro de 1982, a peça (texto mais o ensaio geral) teve seu parecer definitivo aprovado pela DCDP, mantendo a classificação etária e os cortes do parecer temporário. A peça

teve sua liberação autorizada pelo período de 09 de setembro de 1982 a 09 de setembro de 1987.

4. Nas tramas do texto teatral

Na materialidade desses testemunhos, vários aspectos produzem novos sentidos e permitem variadas leituras. Corroborando o que assume Santos (2008, p. 8): “[...] toda obra pode e deve ser lida como o testemunho de uma sociedade, de uma época, de fatos particulares de nossa história, entre outros aspectos”. Nesse sentido, entende-se o texto como um evento social e cultural através da sua trama textual, considerando o contexto social e de produção da peça, bem como os agentes sociais que passam essa trama (como o autor, diretor, ator e o censor, por exemplo) e que participam da construção do texto e dos sentidos ali construídos.

A edição de um texto, por mais rigorosos que sejam os princípios utilizados para seu procedimento editorial, não deixa de ser um ato crítico e interpretativo. Filologia é, para este trabalho,

[...] termo que abarca atividades deveras distintas, mas identificadas quanto ao tratamento da palavra-texto, enquanto materialidade histórica, produzida e transmitida nas vias de cultura e da sociedade, pela mediação dos sujeitos – também históricos – que a constroem, consomem, leem e, por isso, modificam-na (BORGES et alii, 2012, p. 11).

Em sua tese de Doutorado, Lourenço (2009) defende que a obra literária é um evento social e cultural, e é no decurso desse processo em que os editores e os outros mediadores do texto (editor, revisor, diagramador, ilustrador, vendedor, bibliotecários) das diferentes edições impressas são coautores, produzindo novos sentidos no texto. Esse debate em torno da questão do autor, do significado das versões e da instabilidade textual repercute nas teorias de edição da Crítica Textual, de um lado, a intencionalista (teleológica), e de outro, a teoria social de edição (sociologia dos textos). Assim, segundo Rosa Borges e Arivaldo Sacramento de Souza (2012):

Diante do objeto e da finalidade da pesquisa, o editor pode comportar-se pelo viés platônico, orientado pela busca do sentido original ou representativo do ânimo autoral, ou pelo viés pragmático, no qual, ainda que se estabeleça um texto, ele não será a recuperação de um texto perdido ou ideal, ou ainda uma autoridade de uma voz historicamente reconstruída, mas, sim, um centro provisório, um testemunho posto em evidência, não por privilégio ou merecimento, mas por estratégia de leitura e crítica (BORGES; SOUZA, 2012, p. 23).

Tomando o texto como um produto cultural, “[...] *algo siempre inconcluso y, por tanto, abierto, variable, sujeto a um perpetuo rehacerse por parte de sus lectores, sus ejecutantes o sus espectadores*” (McKENZIE, 2005, p. 69), a questão editorial nunca pode ser tratada como algo definitivo, há que sempre refletir-se acerca dos procedimentos utilizados a partir das demandas da pesquisa e do texto. Nessa perspectiva, analisando os textos sob o viés pragmático, para a sociologia dos textos, o texto é entendido não só como resultado da intenção do autor, mas como produto de um conjunto de aspectos colaborativos como seu contexto sócio-histórico, sua circulação, sua recepção e a colaboração do próprio autor em sua atuação na escritura e também como leitor desse texto. Para McGann, a única regra invariável na condição textual é sua variação, construída pela interpretação decorrente das diversas leituras (LOURENÇO, 2009). A intenção autoral embora importante não é o único critério, nem o mais importante para a edição do texto.

5. Considerações finais

Dessa forma, o texto, nas suas diversas configurações textuais, através do seu conteúdo e das suas marcas, identificados e decodificados por um leitor, poderá atuar como fonte da história sociocultural de uma época, apesar de o texto no contexto em que foi projetado não ter sido pensado como um documento histórico. Esse uso documental é dado pelo seu leitor. O texto é, portanto, um objeto primordial na investigação histórica, literária e filológica, trazendo à tona, vozes muitas vezes silenciadas pela história tradicional. Nesse sentido, “cada uma das atuações de sujeitos históricos diferentes na trama textual traz novidades à tessitura e demonstram intencionalidades diferentes que enriquecem e atualizam as diversas produções de sentido no/do texto” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 59).

Sendo assim, é possível fazer uma leitura da construção da cena política e cultural baiana entre os anos de 1982 e 1985, período que compreende a abertura política e o fim da Ditadura Militar a partir da edição e estudo do texto. Acredita-se que da análise do dossiê seja possível obter informações que nortearão a prática editorial e a crítica filológica, considerando oferecer uma edição que dê conta das pluralidades do texto e de suas rasuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosa et alii. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. A filologia e seu objeto: diferentes perspectivas de estudo. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 26, p. 44-50, maio-ago. 2003.

DREIFUSS, Rene Armand. *1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Glossário de crítica textual*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, [1997-]. Disponível em: <<http://www2.fsh.unl.pt/cursos/etexto/glossario/intro.htm>>. Acesso em: 10-12-2011.

LOURENÇO, Isabel Maria Graça. *The William Blake Archive: Da Gravura Iluminada à Edição Eletrônica*. 2009. 490 f. Tese Doutorado e Letras) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Programa de Pós-Graduação em Língua e Literaturas Modernas, Coimbra. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>>. Acesso em: 05-11-2011.

MARQUILHAS, R. Filologia In: CEIA, Carlos (Org.). *E-dicionário de termos literários*. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=200&Itemid=2>. Acesso em: 05-05-2012.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FILOGIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO, *Anais...* Lisboa, 2008.

MCGAN, Jerome. *A Critique of Modern Textual Criticism*. Charlottesville: University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Madrid: Akal, 2005.

SANTOS, Rosa Borges dos. Uma metodologia aplicada à edição de textos teatrais. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Orgs.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: Edufufu, 2008, p. 2663-2670.

WANDERLEY, Sônia. Doutrina de segurança nacional: políticas públicas de cultura e televisão nos anos 70. In: CALABRE, Lia (Orgs.). *Políticas culturais*: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 59-80.